

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL

REQUERIMENTO Nº , DE 2023

(Da Sra. JACK ROCHA – PT/ES)

Requer a realização de audiência pública conjunta para debater “**Desafios para o avanço das políticas de equidade racial na educação básica brasileira: Financiamento, Lei 10.639/2003 e avaliação IDEB**”, no âmbito da Comissão de Educação e da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial.

Senhora Presidente:

Nos termos do Artigo 24, Inciso III, combinado com o art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero a Vossa Excelência a realização Audiência Pública Conjunta de forma híbrida para discutir o tema “**Desafios para o avanço das políticas de equidade racial na educação básica brasileira: Financiamento, Lei 10.639/2003 e avaliação IDEB**”, no âmbito da Comissão de Educação (CE) e da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR).

Para o debate convidamos as/os seguintes participantes:

- 1) **Senhora Zara Figueiredo**, secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, do Ministério da Educação (SECADI/MEC);
- 2) **Representante do Ministério da Igualdade Racial**;
- 3) **Prof.^a Wilma de Nazaré Baia Coelho**, membra da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, da Universidade Federal do Pará (ANPEd/UFPA);
- 4) **Senhora Cida Bento**, diretora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT);
- 5) **Senhora Suelaine Carneiro**, coordenadora de Educação e Pesquisa do Geledés;



- 6) **Senhor Douglas Belchior**, professor e fundador da UNEAFRO Brasil;
- 7) **Prof.^a Givânia Maria da Silva**, representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais e Quilombolas (CONAQ);
- 8) **Prof.^a Nilma Lino Gomes**, professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FAE/UFMG).

JUSTIFICAÇÃO

Há 20 anos, era sancionada a legislação que tenta transformar a realidade do racismo no país através das escolas. A Lei 10.639/2003 surgiu com o intuito de alterar a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional (Lei 9.394/1996), para determinar a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas. Após a promulgação da Lei 10.639/2003, o Parecer 003/2004 do Conselho Nacional de Educação (CNE) formou uma comissão de professores e especialistas em educação para regulamentá-la, estabelecendo as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Nesse mesmo contexto, em 2004, criou-se a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), na pasta do Ministério da Educação, por demanda de movimentos sociais. Destinada a executar programas, ações e políticas para a alfabetização e educação de jovens e adultos, educação do campo, educação escolar indígena, em áreas remanescentes de quilombos, em direitos humanos, educação ambiental e especial, a SECADI foi extinta dos quadros do MEC logo que o ex-ministro da Educação Ricardo Vélez Rodríguez assumiu a pasta. Em seu lugar, surgiram duas novas: a Secretaria de Alfabetização e a Secretaria de Modalidades Especializadas da Educação.

Após a descontinuação da SECADI nos últimos 4 anos, no atual governo ela retornou à estrutura do Ministério da Educação, com o objetivo de garantir o acesso equânime de todos os estudantes à educação. No entanto, são encontrados inúmeros obstáculos para a retomada das políticas públicas que visam promover a educação inclusiva no presente cenário político e econômico, sobretudo quanto aos recursos públicos limitados para financiamento dos programas de atribuição da SECADI, e a sua reestruturação institucional após seu desmonte.

A realização da audiência pública sobre o tema **“Desafios para o avanço das políticas de equidade racial na educação básica brasileira: Financiamento, Lei**



10.639/2003 e avaliação IDEB”, se faz indispensável para proporcionar a formulação conjunta de estratégias para solucionar os impasses da equidade educacional, ao unir representantes do Ministério da Educação, especialistas no tema e diferentes movimentos sociais que atuam em defesa de uma educação mais inclusiva.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 2023.

Deputada JACK ROCHA
PT/ES

